

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

Maria Isabel Martins Lourenço

**A VOCAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE:
A Proposta Curricular do
CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIRIO**

Rio de Janeiro
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

**A VOCAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE:
A Proposta Curricular do
CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIRIO**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia
da UNIRIO para aprovação na disciplina
Monografia II e obtenção da licenciatura plena em
Pedagogia

Orientadora: Professora Malvina Tuttman

Rio de Janeiro
2004

Lourenço, Maria Isabel.

A Vocação Social da Universidade: a proposta curricular do Curso de Pedagogia da UNIRIO /
Maria Isabel Martins Lourenço - Rio de Janeiro, 2004

60 p.

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia como requisito parcial para obtenção
do grau de licenciatura plena em Pedagogia.

Bibliografia: p. 57 – 59

1. Extensão. 2. Currículo. 1. Título

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a meus filhos pelo amor que nos une e pela amizade, incentivo e compreensão com que sempre me apoiaram em meu trabalho e em meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, e pela oportunidade de conhecer e aprender sobre o fascinante mundo a meu redor.

Eu não poderia deixar de agradecer a meus pais que tanto lutaram e sonharam em ver-me crescer sã, de corpo e mente, formada e independente. Agradeço com carinho por todos os sacrifícios que fizeram e pelo amor que a mim dedicaram e pelo valor que sempre deram à formação de seus filhos.

Finalmente, agradeço àqueles professores, com quem convivi na infância, na juventude e na fase adulta, cujos ensinamentos, profissionalismo, sensibilidade e motivação me despertaram para a reflexão e a busca do saber.

RESUMO

A monografia aqui apresentada, **A Vocação Social da Universidade: a proposta curricular da Escola de Educação da UNIRIO**, tem como tema central a extensão concebida como articuladora do ensino e a pesquisa e como uma das vias capazes de promover o intercâmbio entre os saberes acadêmicos e populares, resultando na democratização do conhecimento. Além disso, a extensão é abordada e defendida como parte integrante do currículo, envolvendo toda a Universidade e demais instâncias sociais, contribuindo para a formação do profissional cidadão, e a conseqüente transformação social que tanto se almeja.

Tendo por base tal premissa, optou-se por analisar o Currículo do Curso de Pedagogia da UNIRIO. A finalidade de tal análise foi verificar até que ponto as atividades de pesquisa e extensão são contempladas no Currículo em questão, e contribuir para a reflexão de referido curso, no sentido de ampliar as oportunidades de referido de interagir, de forma ativa, cidadã e consciente, com a sociedade da qual faz parte, conseqüentemente solidificando a formação do profissional cidadão.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1. Para começar.....	8
1.2. Traçando o perfil da monografia.....	11
1.3. Contexto social.....	15
2. TRILHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	21
Revisão de Literatura	
2.1. Introdução ao capítulo.....	21
2.2. Perspectivas e categorias de análise.....	22
2.2.1. Breve histórico da Extensão no Brasil.....	22
2.2.2. O papel social da Universidade visto sob o ângulo da Extensão Universitária.....	30
2.2.3. O Currículo, suas funções e sua flexibilização.....	39
2.2.4. A Proposta Curricular do Curso de Pedagogia do ano de 1999.....	43
2.2.5. Modelo de Análise.....	46
3. ANÁLISE DO DOCUMENTO DA REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIRIO E DAS ENTREVISTAS COM PROFESSORES E ALUNOS.....	50
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
ANEXOS.....	60

1. INTRODUÇÃO

1. 1. Para começar...

Sou mais uma brasileira criada em meio a fortes contrastes, ^{um} injustiça social avança a cada ano que passa, o que me leva desânimo e à falta de perspectiva para um futuro melhor.

Diante de tantas dificuldades sofridas pela maioria do povo brasileiro privilegiada por pertencer a uma família de classe média, por estar ter plano de saúde concedido pela empresa e por ter conseguido Universidade Pública. Tais "privilégios", que na verdade deveriam ser para todos, podem até sugerir alguma garantia para alguns, mas, as representações de uma frágil estabilidade constantemente ameaça financeiro, pelo desemprego, pela crescente violência e, sobretudo, a injusta e miserável da qual fazemos parte. Incluo a todos os brasileiros pobres ou ricos, porque, por mais distante da situação de injustiça possam pensar estar, constituímos um mesmo país onde a maioria sofre privações de alimentação, saúde, educação, trabalho, enfim, de dig

Minha casa, meu emprego, o curso superior, não me transmitem confiança ou plena realização pessoal. Eu não quero ser considerado por pertencer a um grupo reduzido. Quero ser mais um indivíduo que todos deveriam ter de direito. Estudar, trabalhar, voltar para casa ou ao restaurante seria muito mais prazeroso se todos tivessem emprego e acesso à saúde e educação de qualidade. Quem vive alienado, seja num condomínio de luxo ou num mundo de fantasia, não pode omitir, mas não se exclui de fazer parte do povo brasileiro e de maneira ou de outra, com a cruel realidade à nossa volta. Nos cabe a cumplicidade e a responsabilidade que nos cabe na transformação

Num programa de TV tive a oportunidade de conhecer o trabalho de um alemão que chegou ao Brasil na década de 60, no

Inconformado com a injustiça social encontrada neste país, o Padre, com iniciativa, determinação, foi peça fundamental para que as comunidades à volta de sua paróquia, no interior do Piauí, fossem autoras da transformação que ocorreu em suas vidas.

Por meio de um trabalho de uma disciplina da faculdade, tive a oportunidade de conhecer a Associação Dançando para não dançar, uma iniciativa de uma jovem bailarina e professora de balé, determinada a fazer algo por seu país. Sua primeira tentativa foi buscar um espaço para realizar suas aulas nas escolas públicas de comunidades carentes. A rigidez de algumas mentalidades de que a escola é lugar onde apenas se dá a relação ensino aprendizagem, não permitiu que Tereza, a professora de balé, num primeiro momento, pudesse se estabelecer.

Muitos são os exemplos de iniciativas cidadãs que poderiam ser citados. Tais iniciativas são admiráveis e estimulantes, mas me fazem lamentar o fato de ver pouco engajamento por parte das Universidades nas questões sociais fora de seus muros. A Universidade dispõe de material humano, seus pesquisadores, professores técnicos e alunos. Todos com conhecimento a ser compartilhado e a ser adquirido, enriquecendo a vida da própria Universidade e fortalecendo o seu papel cidadão e o sentimento de cidadania.

Foi a partir da insatisfação com a injusta realidade brasileira e da vontade de ir além da crítica e dos discursos acadêmicos que comecei a questionar a atuação da Universidade na sociedade e seu papel em relação à mesma. Apesar de todo carinho e admiração que tenho pela UNIRIO, pelos colegas e mestres responsáveis pelos conhecimentos e questionamentos construídos até aqui, confesso que tenho uma lacuna não preenchida. Gostaria de que a Universidade tivesse me conduzido, na prática, ao encontro da realidade que foi tema de tantos discursos em sala de aula. A Universidade que proponho é mais atuante, desperta cidadania, vai às ruas e aos campos, compartilha, interage e se compromete ativamente com as questões sociais.

O desejo e a necessidade de acreditar no presente e no futuro e de seguir meus estudos em Educação voltada para o social, me mobilizaram a redigir uma

monografia que abordasse a Extensão Universitária, por acreditar ser essa uma das vias capazes de articular teoria e prática, contribuir para a formação do profissional cidadão e promover a integração entre a Universidade e a sociedade, por meio da troca de saberes e do trabalho conjunto, na busca de solução de problemas, promovendo a conscientização e autonomia dos cidadãos, com o propósito de contribuir para a construção de uma realidade mais justa para todos.

1.2. Traçando o perfil da monografia

Como estudante do Curso de Pedagogia da UNIRIO e sendo consciente da transformação que urge em nossa sociedade, tomo como ponto de partida deste trabalho de monografia a reflexão sobre o papel social da Universidade.

Diante da reflexão levantada, a presente pesquisa aponta a Extensão Universitária como uma das vias possibilitadoras para firmar o vínculo entre a Universidade e a sociedade na qual está inserida. Conseqüentemente, o Currículo se torna o principal objeto de reflexão sob o ângulo interdisciplinar e social, comprometido com a formação do profissional cidadão, sendo, portanto, o viabilizador da integração da extensão ao cotidiano da Universidade e seus entornos.

Segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária,

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula Ensino e Pesquisa de forma indissociável e possibilita uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade.
(FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001)

A atuação da extensão vai além da disseminação de conhecimentos, prestação de serviços ou difusão cultural. Ela possibilita uma relação transformadora que, dentre outros aspectos positivos, resulta em troca de saberes, aprendizado mútuo, participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade, solução conjunta de problemas que afligem as comunidades, conscientização e compromisso social dos envolvidos nesse processo.

Além das características citadas, a Extensão Universitária, longe de ser assistencialista, inserida por meio do currículo ao cotidiano da Universidade, possibilitará a concretização da complementaridade entre teoria e prática. Essa aliança visa a aproximação da Universidade às demais instâncias, com o intuito de promover avanços sociais. Destaco a importância dessa aproximação para a formação do profissional cidadão, crítico e comprometido com a transformação da realidade.

Consciente da importância da formação do profissional crítico, reflexivo, responsável e comprometido socialmente com a construção de um país mais digno e humano, tenho como objetivo analisar, de forma global, o Currículo do Curso de Pedagogia, a fim de verificar em que medida, em sua filosofia e em sua prática, é contemplada a formação de um profissional cidadão que, além de crítico, seja comprometido com as causas sociais . A caracterização do perfil curricular prevalente do curso em questão, nesta monografia, tem como base a consideração do papel social da Universidade, visto sob o significado da extensão , e as concepções de Currículo existentes.

Sendo aluna do Curso de Pedagogia da UNIRIO, optei por proceder uma análise reflexiva do Currículo do curso em questão, com o intuito de contribuir para a reflexão e construção de um Currículo que atenda aos anseios e às necessidades de toda comunidade, seja da Universidade ou não.

Partindo da elaboração de um marco referencial que possibilite uma análise mais detalhada da proposta curricular do Curso de Pedagogia da UNIRIO, esta reflexão pretende, ainda, indicar aspectos que se aproximam ou se distanciam do marco referencial definido, se existe ou não coerência entre a teoria e a prática e, finalmente, se o Currículo abre espaço para que as atividades de extensão se insiram como prática curricular flexível e interdisciplinar, a fim de aproximar o que se aborda em sala de aula com a realidade, sensibilizando, envolvendo e conscientizando o futuro profissional de seu compromisso social.

A fim de realizar o estudo e a análise do currículo do Curso de Pedagogia da UNIRIO, esta monografia se orienta a partir dos seguintes objetivos específicos:

- Analisar as diferentes concepções curriculares.
- Estabelecer um referencial teórico sobre o papel social da Universidade sob a ótica da extensão.
- Analisar as bases teórico-práticas que embasam a proposta curricular do Curso de Pedagogia da UNIRIO.

- Comparar a práxis estudada com as concepções curriculares estabelecidas e a visão social apresentada.

Dando seqüência à proposta de refletir o Currículo do Curso de Pedagogia da UNIRIO, e mediante os objetivos apresentados, foram levantadas questões, que, ao mesmo tempo, norteiam e requerem respostas no decorrer da elaboração da presente monografia.

- Que aspectos do Currículo do Curso de Pedagogia da UNIRIO se aproximam ou se distanciam do marco referencial estabelecido teoricamente?
- O Currículo do Curso de Pedagogia apresenta coerência entre a relação teoria-prática-teoria?
- O Currículo do Curso de Pedagogia considera as atividades de pesquisa e de Extensão como partes integrantes da formação do futuro profissional?
- O Currículo do Curso de Pedagogia proporciona uma formação crítica e cidadã ao futuro profissional?

Com o intuito de buscar embasamento teórico à presente monografia, a investigação encontra suporte numa pesquisa qualitativa que se fundamenta no levantamento e seleção de bibliografia, cujo intuito é investigar o problema definido. Dediquei-me à leitura de material bibliográfico orientada pelas questões propostas no presente trabalho. Essas leituras, desde o início, foram de extrema importância por terem me orientado com maior clareza sobre a direção teórico-metodológica a tomar.

Ainda apoiada em material bibliográfico, o seguinte passo, dando prosseguimento à pesquisa, foi a coleta de dados. Fazendo uso de entrevistas junto a alunos dos últimos períodos e entrevistas com professores do Curso de Pedagogia da UNIRIO, pude perceber anseios e objetivos que alunos e professores têm em relação ao curso, bem como suas impressões sobre a aplicação do atual currículo no cotidiano da faculdade.

Como o objeto de minha pesquisa é o Currículo do Curso de Pedagogia da UNIRIO, não poderia deixar de faltar a análise documental do Currículo do curso em questão:

atas de reuniões, memorandos, ^{fe}emendas das disciplinas, entre outros. Ou seja, documentos que revelam a evolução e possíveis alterações feitas no Currículo até o seu presente formato. X.

Finalmente, depois da reunião, estudo e análise dos dados bibliográficos, coleta de depoimentos e análise documental, esse conjunto de dados foi organizado segundo suas informações e correlação entre elas, respeitando a clareza e a linearidade do trabalho.

No primeiro capítulo, abordo o papel social da universidade, visto sob o ângulo da Extensão Universitária. Para tanto, foi elaborado um histórico sobre a trajetória das atividades de extensão no Brasil até os dias atuais, inferindo, a partir do estudo de diversos autores, a possível contribuição de tais atividades no contexto social. Ainda nesse capítulo, abordo o Currículo e suas funções ao longo da história, analisando sua importância político-pedagógica ao se traçar os objetivos de uma instituição de ensino. X X X

No segundo capítulo, o processo de reforma curricular da Escola de Educação e sua implantação e implementação foram refletidos, tendo em vista analisar em que medida o Currículo do Curso de Pedagogia da UNIRIO contempla as atividades de extensão e a formação do profissional cidadão.

Os aspectos metodológicos, tratados no capítulo seguinte, enriquecem a pesquisa ao considerarem a natureza do estudo, a aplicação e análise dos instrumentos utilizados e o estabelecimento de um modelo de análise. A apresentação, discussão e interpretação dos resultados são refletidas no capítulo seguinte.

As considerações finais, conclusão da pesquisa e recomendações são apresentadas no sexto capítulo.

1.3. Contexto Social

Guerras, desastros, fome, violência, desrespeito à vida do ser humano e do planeta, desigualdades e injustiças sempre molestaram o mundo, ou pelo menos parte dele. Ultimamente, tais problemas parecem tomar maior dimensão, interferindo, significativamente, na percepção de mundo e na ação dos indivíduos nesse mundo. O individualismo e a indiferença, comuns da sociedade pós moderna, fazem com que cada indivíduo trace o seu próprio caminho, como se não fizesse parte integrante da realidade à sua volta. Sabemos que o rumo que a humanidade vem tomando só pode levar à destruição, a intensificar a indiferença e a injustiça. Precisamos repensar nossas atitudes e buscar uma nova maneira de viver que nos conduza ao bem estar comum e à harmonia entre todos os seres. Só a ação movida em prol da solidariedade, do amor, da justiça, do respeito e da humanidade pode resgatar a dignidade e as relações de convivência entre as pessoas no mundo e com o planeta.

(anx?)
Boff, já aponta a reflexão anteriormente apresentada: " A sociedade contemporânea, chamada sociedade do conhecimento e da comunicação, está criando cada vez mais incomunicação e solidão entre as pessoas, ameaçando a essência humana."
(BOFF, 1999, (p.15/16)

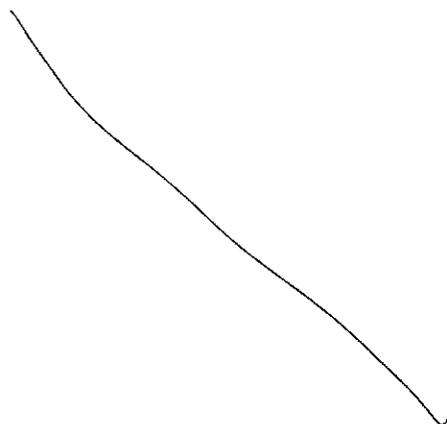
Essas reflexões nos remetem a pensar: que qualidade de vida poderemos alcançar, se cada um de nós tiver apenas como objetivo anseios individuais? Entre os seres humanos e toda a natureza, existe uma relação de interdependência. A vida depende de um equilíbrio universal. Mesmo aos que saiam "vitoriosos" da competição cruel e desleal imposta pela ordem econômica, resta apenas a ilusão de ser feliz. A competição, a escassez de oportunidades, as desigualdades sociais e a exclusão trazem conseqüências nefastas para toda a sociedade: a desvalorização da vida, o crescimento e a banalização da violência, a corrupção, a indiferença para com o outro.

As incertezas que temos vivido e os questionamentos que têm sido feitos constituem a tão falada crise de paradigmas. Segundo Neves (1997), os paradigmas podem ser

definidos como um modelo que, em determinado momento na história da sociedade, é aceito e validado pelo grupo e, portanto, convertido em exemplo a ser seguido. A crise dos paradigmas se instaura a partir do momento que o modelo em questão não mais atende às necessidades e crenças do grupo ¹.

Levando-se em conta que o ser humano vive em comunidade, adota crenças e padrões construídos socialmente, para superar a crise dos paradigmas e encontrar soluções que possibilitem uma vida harmoniosa, faz-se necessário que o homem busque a comunicação com o outro e partilhe suas reflexões.

É chegado o momento de reavaliarmos o mundo em que vivemos e pensarmos no mundo que queremos construir. Enfrentar o período de crise e pensar na possibilidade de recomeçar um novo paradigma que nos leve, juntos, rumo à construção de um mundo, no mínimo, mais justo: a conquista de um mundo mais digno, harmonioso, feliz, depende da conscientização e empenho de todos.



1. Para maior aprofundamento dessa questão, ver em Brandão (org. - 1997), A Crise dos Paradigmas e a Educação, capítulo "A crise dos paradigmas em Educação na óptica da Psicologia" por Maria Aparecida C. Mamede Neves.

Ainda fazendo uso do pensamento de Boff: "Precisa-se de um novo paradigma de convivência, um novo "Pacto Social" de respeito e de preservação de tudo o que existe e vive." (BOFF, 1999 (p.17/18)

Mudanças assustam, surgem dúvidas e desconfianças sobre o desconhecido, o novo. Porém, situações de insatisfação exigem novas atitudes.

De acordo com Morin, ^(como?) "pensar de maneira autônoma significa refletir sobre nossa crença e nossa descrença, nossa confiança e nossa desconfiança. "

(MORIN, 1986 (p.259).

Diante dos conflitos e incertezas do mundo pós-moderno, a sociedade se vê frente à árdua tarefa de transmitir conhecimentos e valores, cujo alcance e eficácia são questionados às novas gerações. Essa relação deve valorizar o diálogo, o respeito e a reflexão, sem negligenciar a responsabilidade de estar contribuindo para a construção de caráter e personalidades que deverão participar das escolhas da humanidade.

Por estar diretamente ligada à formação do homem, a Educação, seja ela familiar ou institucional, é alvo constante de questionamentos. Como estudante do Curso de Pedagogia da Universidade do Rio de Janeiro, deter-me-ei em meu campo de estudo, a Educação Institucional, o saber acadêmico. Para Neves (1997), a Educação, evitando ser questionada, é movida a tomar modelos absolutos que levam ao isolamento e à alienação ². O momento atual, porém, não tolera isolamentos. É necessário refletir criticamente sobre o que se ensina, como se ensina e, principalmente, com que objetivo se ensina.

2. A autora analisa, baseada na Psicologia, as tensões geradas pela crise dos paradigmas sobre a Educação e as resistências desta em renovar-se. Para maior aprofundamento sobre o tema, ver em Brandão (org. - 1997), A Crise dos Paradigmas e a Educação, capítulo "A crise dos paradigmas em Educação na óptica da Psicologia" por Maria Aparecida C. Mamede Neves.

(Amor?)
Garcia já nos indica:

Ela (a Educação) tanto pode ser serva do modelo que aí está, realimentando-o acriticamente, como pode ser uma reflexão crítica a esse modelo, buscando alternativas em cima de uma prática social concreta. Esta prática deveria buscar a emergência de valores de solidariedade, liberdade e igualdade. (GARCIA, 1997, p.63)

A Educação deve integrar-se de forma ativa ao mundo à sua volta, a fim de analisá-lo, refleti-lo e sensibilizar sua própria comunidade e a que está ao seu redor para, juntos, se comprometerem na busca de soluções para problemas que são de todos.

A responsabilidade, seja da Instituição Escola e da Universidade enquanto espaços formadores, e do Educador enquanto formador e ator social, é muito grande. Diante desse fato, torna-se inevitável questionar que tipo de compromisso as Instituições de Ensino e seus profissionais têm com a sociedade: de apenas transmitir o conhecimento pronto ou interagir com o aluno pensando e construindo o conhecimento junto com ele? Que aluno e, a partir dessa célula, que sociedade se pretende formar? Formar alunos e profissionais cidadãos, comprometidos com a construção de uma sociedade digna, justa e solidária, ou o compromisso de satisfazer às demandas e aos interesses do mercado financeiro?

A Universidade é um espaço privilegiado voltado para o estudo, a pesquisa e a reflexão. Conseqüentemente, a Universidade deve formar, por excelência, profissionais conscientes e cidadãos, comprometidos com seu tempo e a sociedade na qual se inserem. Porém, nem sempre essa é uma verdade. Diante do comércio educacional que presenciamos em nosso país e das pressões impostas pela economia capitalista, muitos dos profissionais formados pelas Universidades têm como principal objetivo competir no mercado de trabalho a fim de garantir sua colocação.

Até mesmo a Universidade Pública se vê obrigada a ceder e aproximar-se do mercado financeiro, a fim de garantir subsídios para sua própria existência. Boaventura, em seu livro *Pela Mão de Alice*, expõe que o mercado financeiro faz uso da Universidade de acordo com suas conveniências, não tendo pudor algum em descartá-la se assim o considerar.

A Universidade, seja ela pública ou privada, atende preferencialmente a elite, preservando e privilegiando sua cultura. Varias são as dificuldades impostas aos alunos de menor poder aquisitivo que conseguem chegar à Universidade. Dentre tantas dificuldades, tais como habitar longe do local de estudo, possuir poucos recursos para se locomover, se alimentar e comprar livros, conciliar trabalho e estudo, a maior de todas, talvez, seja ingressar em uma Universidade, sobretudo se numa Universidade Pública. X

As portas do saber deveriam estar abertas a todos. Vivemos num país desigual e excludente. Pergunto-me se a Universidade, sendo voltada para o saber e a verdade, mesmo que inserida na engrenagem de um sistema individualista, não teria autonomia para repensar e renovar a sua práxis. Posicionando-se como observadora e desvinculando a prática da teoria, estará a Universidade sendo fiel à sua vocação pela busca da verdade? E o seu papel cidadão? Para quê serve o saber acadêmico se este não romper os limites dos muros da Universidade? Uma Universidade que não interage com a realidade à sua volta, poderá formar o profissional cidadão consciente e comprometido com a transformação da sociedade?

Em minha monografia, baseada em autores diversos, reflito o papel social da Universidade enquanto espaço formador de profissionais, de interação e intercâmbio de conhecimentos com a sociedade na qual se insere. Defendo uma Universidade crítica, atuante, que assuma o seu papel político-social, sem ser assistencialista, por meio de um trabalho continuado e cidadão, que tenha como objetivos a autonomia e a construção de uma nação digna, justa, consciente, harmoniosa e solidária. Afinal, pesquisas, reflexões, saberes desenvolvidos e estudados nas Universidades perdem sentido e praticidade se fechados em si mesmos, e não compartilhados e enriquecidos com seu meio, seu povo, seu tempo e sua realidade. A sociedade necessita de profissionais que sejam sujeitos ativos, conscientes e comprometidos com uma vida melhor para todos.

Um dos caminhos viáveis, hoje, para o estabelecimento do elo de ligação entre a Universidade e as demais instâncias sociais, é a Extensão Universitária. Seriam múltiplos os benefícios dessa relação para ambas partes. A população e a

Universidade se beneficiariam mutuamente da aliança estabelecida entre o saber produzido cientificamente e o saber popular, ambos voltados para o bem comum.

Os profissionais cidadãos, formados pelas Universidades, tendo vivenciado esta relação integradora, viabilizada por um trabalho crítico, reflexivo e comprometido com o bem estar social, seriam sensibilizados e conscientizados a atuar como sujeitos reflexivos e atores na sociedade.

O primeiro passo para a renovação da práxis Universitária é a reavaliação do Currículo. Este é, sem dúvida, o caminho facilitador da formação cidadã dos futuros profissionais. É por meio do Currículo que uma instituição de ensino organiza seus ideais e objetivos visando ^{ao} perfil de aluno que pretende formar. X

Como aluna do último período de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, e pelo compromisso que tenho com a Instituição e os professores que vêm me acompanhando e orientando até aqui, é que me sinto motivada a refletir sobre o Currículo do curso que frequento, com o intuito de analisar em que medida a formação do profissional cidadão e a articulação entre teoria e prática foram contempladas. Essa motivação pelo presente tema é resultado dos questionamentos, reflexões e comprometimento de tantos professores com os quais tive o prazer de conviver e aprender.

2. TRILHAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS – Revisão de Literatura

2.1. Introdução ao capítulo

O presente capítulo traça um breve histórico da Extensão Universitária no Brasil, a fim de informar e facilitar o entendimento do que é extensão, sua trajetória no país e a manipulação de tais atividades, segundo os interesses político-sociais dos distintos períodos na história do país. X

Em seguida, apresento a Extensão Universitária como atividade acadêmica capaz de interagir com a sociedade na superação das desigualdades sociais e como um dos caminhos que conduzam à formação do profissional cidadão comprometido com o bem estar da coletividade.

Ao abordar a educação como uma das vias capazes de atuar na transformação da sociedade, não poderia deixar de abordar o tema Currículo, já que é este quem define os rumos do ensino numa instituição voltada para a educação. Como aluna do Curso de Pedagogia da UNIRIO, direcionei tal abordagem para a reflexão do Currículo ^o de referido curso a fim de caracterizar seu perfil prevalente, considerando o papel social da Universidade, visto sob o significado da extensão. Para enriquecer a análise do Currículo em questão, foram realizadas entrevistas com professores que participaram de sua reforma, em 1999, e com alunos que estão cursando os últimos períodos do Curso de Pedagogia da UNIRIO. X

Por fim, foi elaborado um modelo de análise considerando as categorias e tendências possíveis de serem adotadas ^{em um} Currículo. Tal modelo tem o propósito de nortear e facilitar a reflexão do Currículo que serve como objeto de estudo. X

2.2. Perspectivas e categorias de análise

2.2.1. Breve Histórico da Extensão Universitária no Brasil

de 1911 aos dias atuais

Segundo Tavares (1997), a história da Extensão Universitária no Brasil é marcada por uma trajetória, a princípio, de cunho essencialmente assistencialista e propagador da cultura dominante. Apesar de ter sido desprezada ou usada por governantes como meio propagador de suas concepções e valores, a extensão universitária, representa, hoje, uma possibilidade viável de um novo paradigma de universidade que assume sua participação na sociedade, levando em conta que a produção de conhecimento e a formação de profissionais se dão de forma atuante e integrada com a sociedade, com o intuito de transformá-la. X

No início do século XX, de acordo com a autora citada anteriormente, surgiram as primeiras experiências extensionistas em nosso país., momento em se delinearam os primeiros traços de uma política educacional estatal, resultado do fortalecimento do Estado como sociedade política.

A Universidade de São Paulo, fundada em 1911 e inaugurada em 1912, foi a primeira Universidade do Brasil a incluir, em suas atividades, experiências de extensão. Na Universidade eram realizadas conferências semanais abertas ao público, que tinham como objetivo estabelecer o contato de intelectuais com a população. A extensão era vista como divulgadora dos saberes científicos. Não havia relação entre o trabalho desenvolvido nas Universidades com os interesses da maioria da sociedade em que as instituições estavam inseridas.

De 1911 até o início da década de 30, a Extensão Universitária esteve vinculada à divulgação do ensino e da pesquisa de forma muito pouco abrangente. As atividades de extensão se resumiam em cursos voltados para os interesses da própria Universidade.

Nos anos 30 , sob forte influência do governo Vargas, as atividades de extensão passam a ter um cunho político pautado nos interesses do governo. Foi em 11 de abril de 1931 , que, pela primeira vez, a extensão universitária é mencionada no estatuto da Universidade Brasileira, no decreto nº 19.851/31, que estabelecia a Universidade como forma de organização para o ensino superior, e como responsável pela elevação cultural daqueles que não participavam da vida universitária. Essa era uma forma de usar a Universidade para propagar as idéias, concepções e valores da nova ordem social que tinha como objetivo fortalecer uma hegemonia urbano-industrial.

O período de 1937 a 45 foi marcado pelo isolamento da Universidade em relação ao mundo exterior. A lei nº 452, de 5 de julho de 1937, reorganizava a Universidade do Rio de Janeiro, transformando-a em Universidade do Brasil, modelo para as demais universidades do país. A lei em questão ignorava a dimensão socializadora da produção de conhecimento ao determinar que alunos e professores deveriam voltar-se apenas à Universidade, isolando-se do mundo exterior.

Segundo Tavares (1997), com o fim da ditadura Vargas, em 1945, a Educação torna-se tema de debates, o que resultou na elaboração da primeira e única lei geral de Educação do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 4.024/61. Apesar da discussão e da controvérsia em torno da nova lei, no período de 1948 a 1961 nada ocorre de relevante em relação ao ensino superior ou à extensão. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) faz uma vaga menção à extensão, artigo 69, ao dizer que nos estabelecimentos de ensino superior poderiam ser ministrados os cursos:

“c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.”

Em contradição ao caráter reprodutor das poucas atividades de extensão que observamos até aqui, o período de 1960 e 1964 foi marcado pela ação dos estudantes que promoveram atividades extensionistas desvinculadas da universidade enquanto instituição, ao se engajarem nas campanhas de alfabetização de adultos e cultura popular e ao participarem dos Centros Populares de Cultura, os

CPCs, e dos Movimentos de Cultura Popular, MCPs, tendo como objetivo a conscientização da população, visando à transformação da sociedade.

O sonho dos estudantes de conscientização e justiça social durou pouco. Eis que em 1964, com o golpe militar, as atividades extensionistas foram incorporadas ao novo modelo político-econômico. A lei nº 5.540 de 1968 priorizava as atividades extensionistas tendo como objetivos de integração social, divulgação do ensino e da pesquisa realizados nas universidades e a prestação de serviços à população.

A extensão se efetuou, ainda, por meio da concretização de programas e projetos, tanto de iniciativa governamental como de instituições privadas. Os projetos mais importantes foram os : Centros Rurais e Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), e o Projeto Rondon. O CRUTAC, ligado ao Ministério da Educação, chegou a possuir 22 núcleos em todo o país com o objetivo de formar profissionais que atendessem às necessidades do interior do país. O estágio no meio rural era obrigação curricular, com ênfase na prestação de serviços sociais que poderiam estar vinculados a diversas áreas e cursos.

O Projeto Rondon, vinculado ao Ministério do Interior, priorizava a integração de regiões carentes e distantes do projeto de desenvolvimento do governo. Tal projeto

se constituiu em órgão mediador da visão governamental de desenvolvimento e integração, por ser uma das experiências extensionistas de âmbito nacional mais sistemática e duradoura do que as anteriores até então tentadas." (TAVARES, 1997. p.57)

Os programas de extensão, tanto do governo como da iniciativa privada, eram definidos, supervisionados e avaliados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Às Universidades cabia apenas executar as atividades de extensão. Tais atividades não refletiam a realidade brasileira. Parece evidente que, durante o período da ditadura militar, a extensão serviu, acima de tudo, como mecanismo de direção e dominação, visando formar um consenso por parte da população em torno da lógica dominante. X

Ainda que as atividades de extensão tivessem passado a fazer parte das pautas de reuniões das Universidades, tais atividades ainda eram vistas como complementares X

da formação universitária. Em abril de 1975, tomando como base a lei 5.540/65, foi divulgado o Plano de Trabalho da Extensão Universitária que reafirmava o compromisso didático da extensão defendido pelo MEC e o Conselho de Reitores das Universidades do Brasil (CRUB)³. Tal plano abordava a extensão como meio de comunicação com a sociedade que privilegiava a troca entre os saberes acadêmico e popular, possibilitando a efetivação de uma política extensionista comprometida com as necessidades da população. Apesar do discurso crítico baseado em Paulo Freire, na prática a extensão continuou atuando como propagadora do saber acadêmico, além do fato de que o controle e poder de decisão sobre as atividades de extensão serem quase que exclusivos do MEC. Para Tavares (1997), as condições históricas e a estrutura interna das Universidades serviam de obstáculo para a implementação de experiências extensionistas realmente inovadoras.

Com a chamada "distensão política", que culminaria com a "abertura" em 1979, o Plano de Trabalho da Extensão Universitária e as atividades de extensão, começaram a perder espaço devido ao desinteresse do governo por programas e projetos que visavam à integração comunitária.

O final da década de 70 foi de extrema importância devido ao fortalecimento e à organização da sociedade civil, o que apontaria para um novo paradigma de Universidade, onde a extensão ocuparia uma nova dimensão dentro da instituição. As Associações de Docentes começaram a surgir na segunda metade da década de 70 em defesa das Universidades que estavam enfraquecidas, devido às intervenções do regime militar. Em 1981, as diversas Associações de Docentes se consolidaram na Associação de Docentes do Ensino Superior (ANDES), o mesmo acontecendo com funcionários, que criaram a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e com os estudantes com a União Nacional dos Estudantes (UNE)⁴.

³ Segundo Maria das Graças M. Tavares, o Conselho de Reitores das Universidades do Brasil (CRUB) é uma entidade de direito privado, fundada em 1966 por Rudolf Ation e reconhecida como entidade de utilidade pública em 1972 pelo Decreto nº 70.904 da Presidência da República.

⁴ Segundo Maria das Graças M. Tavares, pela lei nº 7395, de 31 de outubro de 1985, artigo 1º. Reconhece a UNE com "entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes no País".

A Associação de Docentes do Ensino Superior (ANDES) exerceu papel decisivo no estabelecimento de um novo paradigma de universidade. O 1º Congresso Nacional realizado em 1982 teve como enfoque do movimento docente a “Campanha nacional pelo ensino público e gratuito”, destacando que o ensino fosse voltado para os interesses da população e passível de ser redimensionado por essa mesma população. Esse seria o nascimento de uma nova concepção de extensão universitária que viabilizaria uma relação mais democrática entre universidade e a sociedade na qual aquela se insere. O movimento docente via na extensão a possibilidade de articular ensino, pesquisa e as necessidades da população. Além disso, ao ser definida como prática acadêmica do ensino e da pesquisa em função das necessidades reais, a extensão passa a ser concebida como estratégica na promoção da interdisciplinaridade. Tão grande a abrangência e importância das atividades de extensão, mais tarde, a partir de 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras viria a ser o espaço ideal para as discussões sobre extensão universitária.

Como bem estabelece Tavares (1997), as novas propostas de redefinição das atividades extensionistas surgiram a partir da luta da comunidade universitária no processo de reestruturação das Instituições de Ensino Superior públicas. Tais propostas se confrontavam com as oficiais que viam a extensão como mera transferidora de conhecimentos para setores diversos da sociedade, veículo de prestação de serviços pagos ou assistencialistas ou ainda como instrumento de avaliação do desempenho das Instituições de Ensino Superior públicas. As reivindicações da comunidade universitária incluíam, ainda, a autonomia de gestão na consecução das políticas governamentais.

À classe política caberia apenas garantir as condições propícias de trabalho aos profissionais das Instituições de Ensino Superior.

Seguindo o pensamento da autora:

Outro aspecto definidor de novo paradigma de universidade defendido pelo movimento docente era que a relação com a população passasse a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica. A produção e a socialização do conhecimento visando intervir na

realidade possibilitam acordos e ação coletiva, ou seja, o ensino se transforma em educação superior crítica, e a pesquisa é direcionada ao estudo dos grandes problemas sociais, utilizando metodologias que proporcionam a participação da população. (TAVARES, 1997. p. 202)

A institucionalização da extensão se via cada vez mais próxima da realidade das Instituições de Ensino Superior públicas. A criação do Programa de Extensão (PROEXTE), em 1993, se constituiu em apoio institucional. Financiado pelo MEC, abrangia "Bolsas de Extensão, Apoio a Produção de Informação e a Divulgação das Atividades de Extensão e Apoio a Projetos Institucionais de Extensão." (TAVARES, p. 204) X

A criação do PROEXTE resultou no fortalecimento das relações entre o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, "(...) interlocutor que define as linhas políticas nacionais de apoio e fomento às ações de extensão e o próprio MEC, que define as linhas de financiamento." (TAVARES, 1997. p. 204)

A vinculação das linhas de financiamento para a extensão possibilitou ~~em~~ X transformações em Universidades, que reestruturaram o ensino, agora mais voltado para a produção do conhecimento do que a reprodução. A pesquisa passou a estar mais direcionada às demandas sociais, sem falar no fortalecimento da interdisciplinaridade.

O novo paradigma de universidade, que começou a se definir a partir da década de 80, revela o fortalecimento de uma universidade voltada para a cidadania que só pode se concretizar por meio da integração com instituições e organizações da sociedade civil e política, todos comprometidos com a transformação rumo à justiça social. X

A universidade cidadã, integrada à sociedade, se vê ameaçada em meados da década de 90 mediante a política neoliberal iniciada no governo Collor e reforçada no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Planejamento Político-Estratégico elaborados pelo MEC para o período de 1995/98 contraria o que a sociedade civil conseguiu conquistar nos anos 80. Esse planejamento prevê o enfraquecimento da autonomia de gestão das universidades. Segundo a autora, O MEC passa a exercer

(...) papel político-estratégico de formulação e articulação das políticas públicas na área de educação além de coordenação das mesmas em nível nacional. Os Estados e Municípios atuam apenas no plano estratégico-gerencial e as escolas, no caso as universidades, em nível gerencial-operacional, o que significa apenas executar as diretrizes emanadas pela sociedade política. (TAVARES, 1997. p. 208)

Dentre as diversas propostas estabelecidas no documento do MEC, as direcionadas à reestruturação das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas se baseiam na autonomia total das IES para as quais o Governo se comprometia, segundo ~~Maria das Graças M.~~ Tavares, a repassar os recursos financeiros de forma global, associando os mesmos a indicadores de desempenho para incentivar ganhos de produtividade que incluíam a luta por recursos extra-orçamentários por meio da parceria com empresas. Além disso, foram criados projetos, como o Projeto Universidade Solidária, que contavam com a participação das IES, de acordo com os interesses do governo. Tais projetos não promoviam a integração com as comunidades assistidas, ^A atuavam por tempo limitado, ou seja, eram meramente assistencialistas. X

As atitudes reguladoras do governo, o estímulo à venda de serviços e à criação de projetos de cunho assistencialistas, ~~dificultavam~~ dificultavam o desenvolvimento, por parte da universidade, de um trabalho voltado para a transformação social. E apesar de todos os esforços e os avanços que a comunidade universitária comprometida com uma sociedade mais justa e digna, a extensão universitária continuou sendo vista, aos olhos de grande parte da classe política, como uma terceira função da universidade, assistencialista e disponível, sempre que preciso, para atender a distintos interesses do governo. X

Apesar da falta de interesse pelas atividades de extensão por parte do governo, o Fórum de Pró - Reitores de Extensão das Universidades Públicas, desde sua criação em 1987, vem discutindo sobre as concepções institucionais de Extensão Universitária que resultaram nos documentos oficiais do Fórum.

Neste processo, o referido Fórum elaborou documentos referenciais que contribuem para a desmistificação de um possível perfil não

acadêmico da extensão, quais sejam: o Plano Nacional de Extensão, de 1999, e o documento Universidade Cidadã, de 1998. Esses documentos referenciais do Fórum buscam a inserção da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e de pós-graduação(...) (TUTTMAN, 2003. p. 12)

O Plano Nacional de Extensão, aprovado pelo Fórum de Pró Reitores, atua como orientador para o registro de ações de extensão nas Universidades Públicas e a verificação do impacto social das mesmas, validando o seu reconhecimento político. X

Ampliando a discussão sobre a concretização da inserção das atividades de extensão no cotidiano da universidade, o Fórum ressalta a importância da Flexibilização Curricular e a Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão por meio do Plano de Trabalho 2001/2002.

Pelo caminhar do Fórum, a Extensão já vem contribuindo para o (re)pensar do processo acadêmico, ao consolidar práticas que demonstram uma formação do estudante não limitada às atividades de ensino, desenvolvidas no interior da sala de aula, e ao criar metodologias que ampliam o entendimento e a prática de um Currículo, que proporcione aos alunos a análise das necessidades da população brasileira e o confronto dos saberes por ela construídos, com os saberes científicos debatidos no interior da Universidade. Portanto, a Extensão possibilita a flexibilização do currículo, contribuindo para o exercício de práticas produtoras de saberes, proporcionando, dessa forma, o estabelecimento de relações democráticas e cidadãs. (TUTTMAN, 2003. p.14)

O engajamento de toda a sociedade, civil e política, no empenho por melhores condições de vida para todos os brasileiros é fundamental. Há a esperança de que a transição de governo federal realizada em 2002 resulte em um maior enfoque e em uma maior importância no que se refere a projetos sociais emancipatórios e transformadores, bem como na construção de uma educação voltada para a cidadania e a transformação de nossa realidade social.

2.2.2. O Papel Social da Universidade visto sob o ângulo da Extensão Universitária

Este item tem por objetivo refletir ^{sobre} o papel social que a Universidade vem exercendo visto sob o ângulo da extensão. Abordar a extensão significa abordar uma Universidade mais aberta e comprometida com a realidade à sua volta e disposta a com ela interagir. X

O ato de ensinar e da investigação pela busca da verdade não esgotam o potencial e o papel da Universidade junto à sociedade. Seu compromisso social vai além das paredes das salas de aula. Para que a Universidade exerça plenamente o seu papel social, são essenciais a aproximação com a realidade e a conseqüente busca de soluções, em parceria com a sociedade, para problemas que são de todos. Dessa maneira, a Universidade estará apta a formar o profissional cidadão, que além de crítico seja atuante e responsável pela construção de uma sociedade melhor.

Ao apreciar a trajetória histórica da Extensão Universitária no país, percebe-se que grande parte das atividades de extensão praticadas no país se concretizaram baseadas no assistencialismo, dissociadas do ensino, do intercâmbio de conhecimentos e da pesquisa, e pouco contribuindo para o despertar do compromisso social de futuros profissionais.

Dentre seus objetivos, a investigação pela busca da verdade tem sido uma das principais funções da Universidade. Essa verdade deve ser transmitida e mesmo o ensino profissional deve ser orientado para a formação integral.

Desafiada pela sociedade e pelo Estado, a Universidade vive um impasse em relação à gestão de seus objetivos e seu papel na sociedade. Sua condição de produtora de alta cultura necessária à formação das elites colide com a produção de padrões culturais e de conhecimentos úteis à transformação social, que contrastam com a exigência do mercado em formar força de trabalho qualificada que atenda a seus interesses financeiros.

sobrenome?
ano?

Em decorrência desse impasse, Boaventura chama a atenção para as crises que a Universidade vem atravessando e que se agravam em decorrência de sua tendência a não intervir nas causas profundas de suas contradições, tentando apenas mantê-las sob controle.

X

Segundo o autor, a primeira crise é a de hegemonia que resulta da incapacidade da Universidade em desempenhar funções contraditórias, levando os grupos sociais atingidos por sua precariedade funcional ou o Estado, em favor desses grupos, a procurar meios alternativos para atingir seus objetivos. Para entender melhor a crise da hegemonia e suas tensões, é importante abordar as seguintes dicotomias:

Cultura dominante – Cultura popular

O caráter elitista da Universidade, seu afastamento da cultura popular e sua incapacidade de integrar os saberes populares aos construídos pela Academia, fizeram com que a Universidade, segundo o autor, perdesse seu lugar central de produtor de cultura-sujeito.

Num breve levantamento histórico, o autor relata que nos anos sessenta, numa tentativa de massificar a cultura dominante, a população universitária se multiplicou acarretando, diferente do que se esperava, a hierarquização entre universidades – Universidade de elite X Universidade de massas.

Educação – Trabalho

A educação que fora inicialmente transmissão de alta cultura, passa a ser também educação para o trabalho que deixou de ser desempenho de força física para ser trabalho intelectual.

A Universidade tenta, então, compatibilizar a educação humanística e a formação profissional. Porém, ela não é a única a formar para o trabalho. Multiplica-se o número de instituições com oferta de formação profissional cada vez mais volátil, ou seja, voltada exclusivamente para as exigências do mercado e cada vez menos cidadã.

Teoria – Prática

Seu caráter investigador e sua incessante busca pela verdade fizeram com que o prestígio da Universidade se concentrasse na investigação. Daí a dicotomia entre teoria e prática e a primazia da primeira. Para Boaventura Santos, o apelo à prática teve uma vertente sócio-política:

que se traduziu na crítica do isolamento da universidade, da torre de marfim insensível aos problemas do mundo contemporâneo, apesar de sobre eles ter acumulado conhecimentos sofisticados e certamente utilizáveis na sua resolução. (SANTOS, 1997. p.200)

No que se refere à prática, esta se reduziu em pouco mais que as relações de ensino-aprendizagem entre a Universidade e a comunidade, a universidade e a indústria, entre a Universidade e a economia.

A Universidade e a Produtividade

A natureza da investigação básica tomou-se problemática nos últimos 30 anos, quer porque os seus custos aumentaram exponencialmente, quer porque a conversão progressiva da ciência em força produtiva acabou por pôr em causa a própria validade da distinção entre investigação básica e aplicada. (SANTOS, 1997. p. 201)

As grandes empresas multinacionais criaram seus próprios centros de investigação direcionados para seus próprios interesses, rivalizando com as Universidades. O Estado, por sua vez, selecionou as Universidades e os centros de investigação com maior potencial e concentrou neles os recursos financeiros. A política de concentração de recursos incitou nas Universidades a procura de recursos não estatais resultando no aprofundamento das relações entre a Universidade e a indústria, o que desvia a vocação daquela à investigação voltada para a verdade e para os interesses sociais da maioria. Os saberes acadêmicos acumulados ficaram atrelados aos interesses do mercado.

A Universidade e a Comunidade

Em relação à comunidade, a crítica fundamental que é feita à Universidade é o fato desta pouco ter mobilizado seus conhecimentos em prol da solução de problemas que afligem as maiorias e por tornar-se dependente dos interesses da classe dominante.

Boaventura cita exemplos de Universidades que, nos anos sessenta nos EUA, se dedicaram à prática da multidiversidade, ou seja uma Universidade voltada para os serviços públicos e o atendimento de necessidades sociais conforme as solicitações das agências financiadoras, estatais ou não.

A tradição do reformismo universitário americano e as relações jurídicas e institucionais das Universidades com as cidades e as comunidades onde estão instaladas, fizeram com que a multidiversidade se traduzisse em programas sociais: escritórios de advocacia gratuita, clínicas médicas e dentárias, programas de investigação e consultoria sobre problemas urbanos, ações de educação continuada e de adultos. Algumas dessas iniciativas se mantêm até hoje e outras se expandiram sob a forma de "ensino aplicado", ou seja deixaram de ser atividades extra-curriculares para serem integradas ao Currículo sob a forma de trabalho prático de estudantes, sob a orientação dos professores.

Na Europa, tanto o modelo alemão como o inglês criaram uma idéia de universidade em que se justifica seu isolamento na razão de ser de sua centralidade, limitando suas responsabilidades sociais na investigação e no ensino.

O autor destaca o exemplo da Universidade de Brasília, sob o reitorado de Cristovam Buarque, que procurou articular a tradição elitista da universidade com o aprofundamento do seu compromisso social.

A Crise da Legitimidade

A crise da legitimidade surge quando as classes menos favorecidas requerem seu direito à educação superior . Segundo o autor: “Quando a procura de educação deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser uma aspiração socialmente legitimada, a Universidade só pode legitimar-se satisfazendo-a.”

(SANTOS, 1997. p.211)

Esta tensão gerou questões do tipo: como fornecer às camadas menos favorecidas uma educação semelhante à que tem sido oferecida à elite sem provocar um “excesso de democracia”? Como adaptar os padrões da educação às novas demandas sem promover a mediocridade da Universidade? Estas foram, sem dúvida, questões preconceituosas cujas respostas permitiram à Universidade resguardar seu caráter elitista por meio da diferenciação e estratificação da Universidade, segundo o tipo de conhecimento produzido e segundo a origem social dos docentes.

Na verdade, a reivindicação pelo ensino superior, por parte das famílias operárias, resultou das exigências do desenvolvimento tecnológico da produção industrial sentidas a partir da década de sessenta. A falsa democratização da Universidade, em função das exigências do desenvolvimento capitalista, não veio a alterar significativamente os padrões da desigualdade social. -X

A Crise Institucional

O que está em jogo na crise institucional é a autonomia da Universidade, ameaçada, segundo Boaventura de Sousa Santos, pela crise do Estado Providência e a desaceleração da produtividade industrial nos países desenvolvidos.

O Estado tem feito reestruturações profundas em seu orçamento, contraindo o orçamento social e conseqüentemente atingindo a Universidade Pública, sobretudo na área das ciências sociais e humanas. Paralelo a esse fato, a Universidade Pública se defronta com a concorrência da Universidade Privada.

O corte em seu orçamento induziu a Universidade a procurar meios alternativos de financiamento junto às empresas. Os laços entre a Universidade e o capital se estreitaram e aquela viu-se envolvida na luta pela produtividade industrial que a levou a adotar, por vezes, a lógica empresarial.

A articulação entre a Universidade e empresa representa uma integração, com um segmento da sociedade, que certamente trará benefícios para ambos os lados no que se refere à aquisição de conhecimentos. O que se questiona é o fato desse tipo de aproximação objetivar, prioritariamente, o lucro.

De acordo com o autor, a Universidade, sendo incapaz de resolver suas tensões, vem tentando geri-las de modo que elas não se aprofundem descontroladamente. Porém, esse modelo de gestão não pode continuar, pois as pressões sobre a Universidade tendem a ser cada vez mais fortes.

Com isto, a universidade será uma instituição cada vez mais instável e os seus membros cada vez mais forçados a desviar energias das tarefas intelectuais e sociais da universidade para as tarefas organizativas e institucionais. A crise institucional tenderá a absorver as atenções da comunidade universitária e, para além de certo limite, tal concentração fará com que as outras duas crises se resolvam pela negativa: a crise de hegemonia, pela crescente descaracterização intelectual da universidade; a crise de legitimidade, pela crescente desvalorização dos diplomas universitários. É, pois, necessário pensar noutro modelo de atuação universitária perante os fatores de crise identificados, uma atuação "ativa", autônoma, e estrategicamente orientada para o médio e longo prazo. (SANTOS, 1997. p. 222)

Com o intuito de orientar a atuação da Universidade na superação das crises que atravessa na pós-modernidade, Boaventura sugere algumas teses:

- 1- As crises da Universidade são solúveis com a resolução da crise do paradigma da pós-modernidade.

Uma discussão transdisciplinar que inclua cientistas naturais, sociais e investigadores de estudos humanísticos e o corpo docente, deve se estabelecer na tentativa de encaminhar a Universidade rumo ao paradigma pós-moderno reavaliando seus processos de investigação, ensino e extensão. A Universidade deve garantir o desenvolvimento equilibrado das ciências naturais, sociais e humanas.

- 2- A democratização da Universidade deve começar pelo reconhecimento de outras formas de saber e a interação comunicativa entre elas, sendo a Universidade o seu ponto de encontro.

Fazendo uso das palavras do autor: “ A universidade será democrática se souber usar o seu saber hegemônico para recuperar e possibilitar o desenvolvimento autônomo de saberes não-hegemônicos. ”

(SANTOS, 1997. p.228)

A democratização da Universidade vai além do acesso e permanência nesta. Ela deve interagir com a sociedade no sentido de alcançar melhorias para a comunidade como um todo.

- 3- O autor aponta a extensão como forma de atuação mais ampla e democrática junto à sociedade, complementando responsabilidade social da Universidade.

(...)A legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (SANTOS, 1997. p. 225).

- 4- A Universidade deve reivindicar sua autonomia institucional a partir de sua própria organização interna, por meio de hierarquias suaves e não sobrepostas que reconheçam o valor da participação de cada uma na instituição. Cabe ainda à Universidade a capacidade de se auto-avaliar e questionar.
- 5- Finalmente o autor sugere o re-encantamento da Universidade que se traduz na integração de seu cotidiano com o da sociedade para um melhor entendimento mútuo, que resultará em um futuro melhor.

A construção de um futuro melhor requer uma universidade comprometida e atuante, integrada à sociedade. Nos discursos oficiais ao longo da história das universidades brasileiras, como bem aponta a professora Malvina Tuttmann, surge a ideia de que a democratização do saber se dá pela disseminação de conhecimentos elitizados, prontos e acabados. A construção de uma universidade democrática envolve princípios como o respeito à ética, à diversidade cultural e à inclusão social, além do

envolvimento e sensibilização da comunidade universitária no sentido de reconhecer a diversidade, aceitando e incorporando os saberes construídos no cotidiano.

Reconhecer tal fato implica em relativizar o saber constituído cientificamente. Ele é importante, porém só ganha sentido quando este saber está aberto ao enraizamento comunitário e se vincula ao projeto educacional da Universidade...O reconhecimento dessa diversidade de conhecimentos pelas Universidades pode facilitar a revisão de sua função. (TUTTMAN, 2003, p.2)

Para que a integração entre Universidade e sociedade se concretize, é necessário que a comunidade universitária se perceba como parte integrante dessa sociedade e não se isole nas quatro paredes de uma sala de aula, interligando suas atividades às demandas da sociedade e, ~~segundo Tavares?~~ (...) "identificando o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos." (TAVARES, 1997, p.129)

As discussões sobre os problemas locais, regionais e nacionais devem se intensificar. Estudos e pesquisas interdisciplinares devem ser difundidos e ter seus resultados submetidos às lideranças comunitárias como forma de promover a aproximação da realidade, o debate e a troca de conhecimentos e experiências que contribuirão para o aprimoramento de tais estudos e pesquisas.

A fragmentação possibilita o controle sobre o aprendizado e sobre o aluno afastando-o e dificultando sua compreensão da realidade. A interação entre professor – aluno, aluno – aluno, aluno – realidade, que deveria ocorrer dentro de sala de aula, é substituída pelo silêncio, pelo autoritarismo e pelo individualismo.

Para Gallo (1990), o ensino compartimentalizado leva a um afastamento do real, pois o mundo é pluralidade de inter-relacionamentos e o aluno absorve essa pluralidade, ficando difícil assimilar os saberes fragmentados e relacioná-los com o mundo. Este mesmo autor argumenta que:

a formação do aluno jamais acontecerá pela assimilação de discursos, mas sim por um processo microssocial em que ele é levado a assumir posturas de liberdade, respeito, responsabilidade, ao mesmo tempo em que percebe essas mesmas práticas nos demais membros que participam deste macrocosmo com que se relaciona no cotidiano. (GALLO, 2001, p. 20)

A extensão universitária, voltada para a cidadania, requer e viabiliza a prática interdisciplinar e a inserção da Universidade à realidade na qual se insere. Por meio da extensão é possível a integração cidadã entre comunidade, profissionais e futuros profissionais de distintas áreas, de forma continuada, trabalhando juntos na solução de problemas que afligem a sociedade como um todo, promovendo a conscientização, a autonomia e a conquista de melhores condições de vida.

Baseado num novo paradigma de Universidade voltado para os interesses de cunho social, o Plano Nacional de Extensão Universitária, do ano de 2000, relata que as Universidades, sejam elas públicas ou não, são instituições criadas para atender às necessidades do país. Esse atendimento deve refletir uma universidade voltada para os problemas sociais, sem ser assistencialista, elaborando projetos que visem à emancipação em conjunto com as comunidades e em sintonia com sua realidade e necessidades. Além disso, a interação com a população passou a ser encarada como essencial à construção do saber acadêmico. De acordo com o Plano, a extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à Universidade Brasileira e de contribuir, significativamente, para a mudança da sociedade.

A extensão, voltada para os interesses da sociedade como um todo, possibilita a formação do profissional cidadão e confirma, cada vez mais, a vocação da universidade como espaço privilegiado para a construção de conhecimentos voltados para a superação das desigualdades sociais e, conseqüentemente, da transformação da sociedade.

2.2.3. O Currículo, suas funções e sua flexibilização

Questões referentes à produção do saber estão relacionadas ao controle e à dominação, portanto torna-se imprescindível abordar o tema currículo ao se refletir um novo paradigma de universidade. O Currículo tanto pode ser propagador da ideologia dominante, como pode levar à sua análise crítica e contribuir na compreensão do mundo e de como nele interagir.

A concretização de projetos e mudanças inovadoras e transformadoras no campo da educação, sem dúvida, poderão ser viabilizadas pelo Currículo de caráter transformador. Porém, reformas formais que simplesmente acrescentam, eliminam ou substituem conteúdos, pouco ou nada contribuem para a construção de um novo paradigma de educação.

Em seus estudos sobre currículo, Moreira ^(Moreira?) chama atenção para o fato de que o foco na teorização do Currículo concede ao tema um caráter acadêmico e abstrato, resultando no afastamento da prática. Para o autor, a reflexão do Currículo deve estar associada à prática, voltada para as necessidades reais de professores e alunos. Reflexão com solução deve ser a preocupação dos teóricos. Os estudos sobre Currículo devem ir além dos conceitos e buscar a renovação da prática, relacionando o que se ensina em aula com a realidade, mostrando novos horizontes para os diferentes grupos sociais e que, ao mesmo tempo, se deixem influenciar pelas experiências desses grupos. O autor aponta ainda para a necessidade de repensar a articulação teoria-prática no campo do Currículo, a fim de facilitar o desenvolvimento da capacidade prática e da experiência teórica do professorado. X

Segundo Moreira (2002), baseado nos estudos do pesquisador Barry Franklin sobre a história do Currículo, este deixa de existir como articulador de pesquisas e práticas quando permite a dispersão e o distanciamento entre as disciplinas. O Currículo, fragmentado em disciplinas, gerou o afastamento do ensino da compreensão da realidade.

O Currículo que se pretende é aquele que faça sentido para o aluno, que estabeleça relação com o que se estuda com o porquê e para que se estuda, que devolva coerência e sentido aos temas abordados estabelecendo vínculos entre esses mesmos temas. Um Currículo que tenha muito mais que conteúdos a serem aprendidos, que promova a emancipação do aluno como sujeito e que o introduza em uma nova visão crítica e reflexiva do mundo a fim de nele atuar.

Moreira esclarece ainda que, além de conceber a articulação entre teoria e prática, o currículo deve, ainda, aproximar reflexão e ação e o estudo e o dia-a-dia, a fim de formar um profissional capaz de estruturar um problema por meio da pesquisa e capaz de pensar e atuar nas possíveis soluções, ou seja, um profissional pesquisador de sua própria prática. Tal profissional possui o que o autor denomina conhecimento – em – ação, que é o conhecimento que se constitui no desempenho das rotinas diárias e revelado nesse mesmo desempenho, resultando ^{em um} num conhecimento não problemático, instintivo, intuitivo, que flui na ação. X

O profissional que trabalha com educação, não importa qual seja sua especialidade, tem responsabilidades pedagógicas e políticas. Ele exerce um papel social importante, não importa de qual grupo social ele venha ou com qual grupo trabalhe. Ele deve tratar seus alunos como agentes críticos e intermediar a reflexão sobre sua responsabilidade na sociedade.

Além de responsável pela formação do profissional cidadão, diante de realidades sociais tão desiguais e injustas como as que nos deparamos em nosso país, Moreira aponta a Universidade como espaço privilegiado para a discussão de problemas que afligem a nação. O autor sugere a reunião de vários setores da sociedade para discutir e investigar a solução desses problemas.

A participação efetiva na transformação da sociedade demanda que o futuro profissional possa vivenciar, dentro e fora da Universidade, práticas norteadas por valores que levem à construção de uma sociedade mais justa. Essas práticas são viabilizadas pelo Currículo e passíveis de serem concretizadas pela extensão, uma das vias capazes de fortalecer os vínculos entre universidade e sociedade. X

Por meio do Currículo, será possível inserir a extensão no processo educacional da Universidade como um componente pedagógico de caráter multidisciplinar, que envolva toda a comunidade acadêmica, não importando qual seja a sua especialidade, em projetos continuados que articulem teoria e prática, numa relação de convivência e troca de conhecimento com diferentes instâncias da sociedade. Tais projetos devem visar à formação do profissional cidadão e à transformação da sociedade em prol de uma realidade mais justa para todos.

Para concretizar a institucionalização da extensão transformadora e cidadã, é imprescindível, segundo Tuttmann (2003), que o Currículo seja dinâmico e flexível e que sua prática resulte na promoção da interdisciplinaridade, na garantia da articulação entre ensino, pesquisa e extensão e, conseqüentemente, na democratização do conhecimento acadêmico resultando e na relação recíproca e transformadora entre Universidade e demais instâncias.

Ainda segundo Tuttmann (2003), tendo por base a ética, a diversidade cultural e a inclusão social,

(...) a formação acadêmica dos estudantes não pode se restringir à transmissão de ensinamentos em sala de aula, concedendo a poucos o privilégio de pesquisa e extensão, na maior parte das vezes desvinculadas da organização curricular. É necessário o entendimento de que tudo o que se faz ou se vivencia em uma instituição de ensino é Currículo e, como tal, não é algo definido e definitivo, mas um projeto que se forja no cotidiano pelo professor e pelo aluno. ..Neste aspecto, urge mudanças curriculares e estruturais que possibilitem, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a análise crítica da realidade brasileira desde o início da formação acadêmica do estudante. ...A Extensão, fazendo parte da estrutura curricular dos cursos, certamente poderá ser um dos espaços acadêmicos que possibilita a ampliação da formação do estudante cidadão, pois esta função permite o olhar das Universidades para a complexidade do cotidiano.

(TUTTMANN, 2003. (p.6)

Seguindo as reflexões de Tuttmann (2003), um Currículo que viabilize as atividades de pesquisa e extensão/possibilita ao estudante, por meio de tais atividades, a vivência de experiências significativas que conduzam à reflexão de questões atuais. Partindo desse princípio, os conteúdos das disciplinas deixam de ser tema principal de estudo e assumem sua utilidade na busca de novas descobertas, na compreensão da realidade e no processo de formação do aluno.

O Currículo que se requer é aquele que reconheça o aluno como sujeito do conhecimento e que possibilite seu engajamento e compreensão da realidade por meio de uma formação que articule teoria e prática voltada, principalmente, para a cidadania ativa comprometida com a qualidade de vida da população. Um Currículo interdisciplinar que facilite a integração, em diferentes espaços e projetos, de atividades de ensino pesquisa e extensão e que admita o envolvimento de diferentes segmentos da sociedade. As palavras de Tuttmann expressam bem o sentido do currículo transformador:

é preciso que Ensino, Pesquisa e Extensão valorizem também o saber não científico, analisando-o criticamente em uma ação conjunta professor, aluno e sociedade, afim de confrontá-lo com o saber científico, construindo um novo saber, em um processo de ação / reflexão / nova ação, na busca de formas de compreender melhor os saberes existentes em sociedade e de modos de transformar a atual realidade vivida pela mesma. Requer, pois, um trabalho conjunto Universidade / Sociedade, tanto no Ensino, na Pesquisa, como na Extensão. (TUTTMAN, 2003, p.10)

2.2.4. A Proposta Curricular do Curso de Pedagogia de 1999

De acordo com o documento que relata a Nova Proposta Curricular do Curso de Pedagogia, em 1995 quando foi elaborado o Projeto Pedagógico da UNIRIO, os professores dos diversos centros que compõem a universidade, refletiram ^(sobre?) sua prática, o papel da universidade e da UNIRIO. Desde então, a Escola de Educação já vislumbrava a necessidade de uma reforma curricular que visasse à formação do educador cidadão.

Inicialmente, o curso tinha duas habilitações: Magistério das Disciplinas Pedagógicas e Magistério de Primeira à Quarta Série do Primeiro Grau. O forte potencial inovador desta última habilitação não chegou a se concretizar devido à falta de professores especializados nas disciplinas que compunham a habilitação. Portanto, o MEC, em 1995 reconhece o Curso de Pedagogia da UNIRIO e apenas a primeira habilitação.

Além da necessidade de propor novas habilitações para o curso em questão, mudanças ocorridas na realidade social e na legislação educacional, destaque para a Lei 9394/96 que prevê as bases da educação profissional, reforçaram a necessidade de elaborar uma nova proposta curricular para o Curso de Pedagogia da UNIRIO. O artigo 62 ^{da} referida lei, propõe que a formação de docentes para a educação básica se ^{para} faça em nível superior. Tal lei implica na valorização da habilitação Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e na eliminação do Magistério das Disciplinas Pedagógicas.

Considerando que o Curso de Pedagogia deveria ampliar as perspectivas do profissional de educação, oferecendo uma formação sólida e abrangente o suficiente para atender às exigências político-educacionais, foram propostas as seguintes habilitações: Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, habilitações-em-Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Educação e Comunicação.

Perfil do Profissional

Na visão dos organizadores da nova proposta curricular, essas quatro habilitações contribuiriam para a formação de um educador apto a lidar com questões da atualidade e comprometido com a construção de uma sociedade mais justa.

O perfil desejado aponta para um educador que exerça a cidadania ativa e que possa contribuir para a formação de "sujeitos plenos", ou seja, aqueles que unem à sua prática cotidiana o racional, o emocional, o estético e o ético-político. Assim, a formação desse educador implica um comprometimento com a educação inclusiva considerando todas as diferenças, sejam elas sociais, culturais, éticas, étnicas, de gênero, das pessoas com necessidades especiais, entre outras. Trabalhar com essa inclusão significa produzir e socializar saberes não fragmentados, através de reflexão crítica e de um complexo debate ético / estético que contemple novas linguagens. Esse educador, enunciador de sua própria palavra, deve questionar, analisar, contribuir, intervir e possibilitar a transformação da realidade educacional brasileira, atuando nos diferentes espaços sócio-culturais. (Curso de Pedagogia – Nova Proposta Curricular, p. 5)

Objetivos do Curso

Os objetivos do curso que se propunham com a nova proposta curricular que surgia eram a formação de um educador cidadão, comprometido com a educação inclusiva que levasse à construção de uma sociedade mais justa e, ao mesmo tempo, a formação de um intelectual crítico, capaz de atuar na educação com qualidade social.

Estrutura Curricular

Segundo a Nova Proposta Curricular do Curso de Pedagogia da UNIRIO, o princípio norteador de tal proposta foi a reflexão sobre qual educador se pretendia formar e a maneira como ele deveria exercer sua atividade profissional em sociedade.

A formação obrigatória nas habilitações Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, se inicia a partir do terceiro período e são cursadas em três anos e meio. A quarta habilitação, Educação e Comunicação, poderá ser cursada, à escolha do aluno, em mais um semestre.

Com a finalidade de encontrar compatibilidade entre o Currículo do Curso de Pedagogia da UNIRIO com a pesquisa em questão, o foco de reflexão sobre o Currículo de referido curso foi mantido sobre as atividades que priorizam a articulação entre teoria e prática, a interdisciplinaridade e a pesquisa.

Na tentativa de viabilizar a articulação entre teoria e prática, a Nova Proposta de Reforma Curricular do Curso de Pedagogia da UNIRIO propõe a disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica, com o objetivo de mediar a interação entre a realidade educacional e a práxis-pedagógica.

O traço de transdisciplinaridade estaria garantido, segundo a proposta, na possibilidade de cursar disciplinas eletivas selecionadas das demais grades curriculares dos diferentes cursos da universidade.

Ainda segundo a Reforma Curricular do Curso de Pedagogia, a fim de formalizar a pesquisa, a monografia, prevista no final do curso apoiada na disciplina Metodologia da Pesquisa Educacional e mais tarde em Monografia I e II, daria oportunidade ao aluno de refletir, com o orientador dessas disciplinas ou em tempos livres, sobre seu trabalho final.

2.2.5. Modelo de Análise

O objetivo de se delinear um modelo de análise foi o de elaborar um esquema teórico que possibilitasse, após estudo de campo, verificar em que medida o Curso de Pedagogia da UNIRIO apresenta uma proposta curricular que proporciona uma formação cidadã ao estudante.

Nesse sentido, foi fundamental a revisão de literatura sobre o papel da Universidade, Extensão e do Currículo, já delimitados teoricamente por estudiosos nessas temáticas.

O modelo foi concebido a partir de concepções curriculares consagradas por diversos especialistas ³ e ressalta características fundamentais de três concepções curriculares:

- tradicional – destacando, dentre outras características: a hierarquia organizacional, o modelo conservador que preserva o modelo social vigente e a organização dos conteúdos em disciplinas.
- Tecnícista – destacando, dentre outras características: a organização sistêmica, a reprodução do modelo social vigente e a priorização dos meios técnicos de transmissão, apreensão de conteúdos e o princípio de rendimento.
- Sócio - Política – destacando, dentre outras características: a organização coletiva e participativa, o modelo humanista que visa à transformação social e à flexibilização curricular.

³ Autores que serviram como referência para a abordagem do tema Currículo: Antônio Flávio Barbosa Moreira, José Carlos Libâneo, Nilda Alves, Ana Maria Monteiro.

Tal modelo traz como unidades norteadoras:

- estruturas de autoridade, poder e decisão;
- estrutura acadêmica

Por atenderem aos objetivos da presente pesquisa, tais unidades são essenciais na classificação das abordagens curriculares. Baseada na classificação citada, esta monografia pretende investigar até que ponto a dinâmica do Currículo da Escola de Educação da UNIRIO é flexível, a fim de viabilizar a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

MODELO DE ANÁLISE

Concepções Curriculares Unidades de Análise	TRADICIONAL	RACIONALIDADE TÉCNICA	SÓCIO - POLITICA
ESTRUTURAS DE AUTORIDADE, PODER E DECISÃO	<p>-Predomínio da hierarquia organizacional, do individualismo e do autoritarismo.</p> <p>-Papel disciplinador da aprendizagem e das condutas sociais</p> <p>-Modelo conservador, estratificador e excludente, ao perpetuar o modelo social.</p> <p>-Aluno com único foco da <u>avaliação</u> medida?</p>	<p>-Predomínio da organização sistêmica.</p> <p>-Perspectiva instrumental com caráter técnico-informativo.</p> <p>-Reprodução do modelo social vigente.</p> <p><i>A</i> aluno e <i>a</i> técnica são os focos da avaliação.</p>	<p>-Predomínio de uma organização mais coletiva, participativa.</p> <p>-A autonomia do educando como foco prioritário.</p> <p>-Modelo humanista, objetivando a transformação social.</p> <p>-Avaliação abrangente, dirigida a: alunos, professores, metodologia, instituição, relação instituição-comunidade</p>
ESTRUTURA ACADÊMICA	<p>-Conhecimento voltado para a formação de profissionais reprodutores da estrutura social.</p>	<p>-Conhecimento significando eficácia e eficiência.</p>	<p>-Conhecimento visto como processo construído na relação dialética entre os indivíduos com seu contato social, técnico e político.</p>

<p>(cont.)</p> <p>ESTRUTURA ACADÊMICA</p>	<p>-Hierarquização dos conteúdos segundo os valores da classe dominante.</p>	<p>-Conteúdos voltados para a formação de profissionais que atendam à realidade do mercado de trabalho.</p> <p>-São privilegiados os meios técnicos de transmissão, a apreensão de conteúdos e o princípio de rendimento.</p>	<p>-Concepção voltada para a formação de profissionais comprometidos com a realidade social do país.</p>
	<p>-Organização dos conteúdos em disciplinas.</p> <p>-Estrutura curricular rígida.</p> <p>-Prevalência do ensino, ausência de pesquisa e extensão.</p>	<p>-Organização dos conteúdos em disciplinas.</p> <p>-Currículo compartimentalizado.</p> <p>-Prevalência do ensino, ausência de pesquisa e extensão.</p>	<p>-Organização interdisciplinar.</p> <p>-Currículo flexível.</p> <p>-Integração Ensino/Pesquisa/Extensão. A Universidade/Escola se articula com outros grupos, contextos, instituições. O espaço de sala de aula se amplia.</p>

3. ANÁLISE DO DOCUMENTO DA REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIRIO E DAS ENTREVISTAS COM PROFESSORES E ALUNOS

Tendo por objetivo colher informações que enriquecessem a reflexão do Currículo do Curso de Pedagogia da UNIRIO, além da análise do documento que relata a Reforma Curricular do Curso de Pedagogia da UNIRIO, foram aplicados questionários a professores e alunos. Os professores escolhidos para responder o questionário participaram ativamente na elaboração da reforma. Do corpo discente foram escolhidos alunos do 8º, 9º e 10º períodos, pois estes já freqüentavam o Curso de Pedagogia quando da realização da Reforma Curricular.

faz referência anteriormente

(Podia começar direto com a análise)

A partir dos depoimentos dos professores e dos documentos analisados, um dos principais motivos da Reforma foi a necessidade de adequar e atualizar o curso diante das exigências do perfil do novo tipo de educador, suas competências e as exigências da nova LDB. A idéia pertinente ao grupo era a elaboração de um Currículo inovador que concebesse a formação do educador crítico e reflexivo. Tal idéia consensual entre os professores, segundo o modelo de análise aplicado, ao menos teoricamente, faz concluir que a concepção curricular aplicada foi a sócio-política.

De acordo com as entrevistas realizadas, a necessidade de elaborar uma nova Proposta Curricular foi definida pelo Colegiado do Curso de Pedagogia, havendo ainda participação de representantes do corpo discente no processo de decisão sobre a necessidade de elaboração de uma nova proposta curricular. Esse tipo de organização mais coletiva e participativa, no que se refere à sua estrutura de autoridade poder e decisão, caracteriza uma concepção curricular sócio-política.

Ainda em relação ao conceito de Currículo que sustentou a reforma curricular do Curso de Pedagogia, o documento de tal Reforma e o relato de professores, durante as entrevistas, apontam para um Currículo que atendesse às demandas científico-sociais, permitindo ao aluno visualizar a teoria numa prática contextualizada.

Por outro lado, ao serem questionados sobre a percepção do atual Currículo, oito dos dez alunos entrevistados responderam que o percebem centrado predominantemente nos conteúdos teóricos e apenas dois alunos responderam que o Currículo do Curso de Pedagogia apresenta um equilíbrio entre teoria e prática. Um dos alunos pertencentes ao primeiro grupo fez a seguinte ressalva: " (O Currículo) Ainda não apresenta total equilíbrio (entre teoria e prática), porém há professores que vêm buscando esse equilíbrio ".

A partir das entrevistas realizadas, é possível perceber que, em relação à estrutura acadêmica, o Currículo em questão apresenta características de um Currículo tradicional devido a seu caráter disciplinar. Em relação às atividades que envolvem pesquisa e prática, o currículo aborda disciplinas diferentes para direcionar tais atividades. A prática, de acordo com o documento da reforma curricular, mostra-se vinculada à disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica de I a V (PPP), podendo surgir ainda sob a forma de atividades orientadas por professores de algumas disciplinas, sob a forma de pesquisa, observação do meio escolar, dentre outras dinâmicas. Baseada no relato acima do aluno entrevistado, há atividades práticas que ocorrem de forma extracurricular, como projetos ou atividades programadas por docentes que, em sua maioria, têm como objetivo principal fundamentar suas pesquisas e estudos. Tais atividades voltadas para a prática, estejam elas inseridas ou não no Currículo, aparecem de forma inconstante e fragmentada no cotidiano do Curso de Pedagogia, podendo estar ou não contextualizadas com os temas debatidos em sala de aula e, ao mesmo tempo, atingindo, de forma segmentada, o corpo discente, sem alcançar sua participação efetiva e não garantido a indissociabilidade entre teoria e prática e a sua contextualização durante o decorrer de todo o curso.

Ao serem questionados sobre os tipos de vivências oferecidas pelos professores para a dinamização do Currículo, metade dos alunos entrevistados responderam que o Currículo garantia oportunidades de experiências de pesquisa e extensão fora do espaço físico da sala de aula. Enquanto que a outra metade se dividiu em responder que as atividades oferecidas se realizavam no espaço físico da sala de aula e / ou laboratórios, ou que eram oferecidas tarefas ou trabalhos realizados fora do espaço físico da sala de aula.

É interessante ressaltar que os alunos que responderam que o Currículo garantia oportunidades de experiências de pesquisa e extensão fora do espaço da sala de aula foram aqueles que tiveram a oportunidade de participar de monitorias, pesquisas e projetos desenvolvidos pela iniciativa de alguns professores. Ao comentar sobre o tema da pesquisa, um aluno fez o seguinte relato:

Muitas vezes ou na maioria das vezes (para algumas pessoas) não participamos das pesquisas e / ou movimentos ocorridos na Universidade. Por diversos motivos: falta de tempo, falta de interesse, pouca divulgação dos trabalhos ocorridos. Na verdade, todos os alunos deveriam participar de algum projeto que visasse ao crescimento próprio e ajudasse de alguma forma a melhorar as aulas, as normas, enfim, o andamento de seu próprio curso. Poucos são os alunos que têm a chance de participar de projetos e opinar para a melhoria.

Outro aluno fez, ainda, o seguinte comentário:

Pude participar de experiências de pesquisa e extensão, porém poucos estudantes participaram e / ou podem participar de tais experiências que são ricas em conhecimento acadêmico e de vida. É fundamental que o professor divulgue o seu trabalho, as suas pesquisas para que os alunos possam entender como elas ocorrem e para que haja uma maior participação por parte do corpo discente. É uma troca, um deve despertar o interesse no outro e vice-versa.

Ainda assim, oito dos dez alunos entrevistados consideraram o Curso de Pedagogia voltado para a formação de profissionais comprometidos com a realidade social do país. Tais respostas coincidem com a concepção curricular sócio - política e com a concepção de Currículo defendida pelos professores entrevistados.

Quanto à pesquisa, segundo o documento da reforma, aquela surge no Currículo vinculada às disciplinas Metodologia da Pesquisa e Monografia I e II, podendo surgir ainda sob a forma de trabalhos solicitados por professores de determinadas disciplinas ou ainda em projetos coordenados por alguns professores, fora do Currículo, com participação limitada de discentes. No que se refere especificamente à extensão, vista como atividade contextualizada, de caráter transdisciplinar, integradora de saberes e realidades que conte com a participação abrangente do corpo docente e discente e demais instâncias sociais visando à formação do profissional cidadão e a transformação da sociedade, esta não foi contemplada na

reforma curricular. As atividades de extensão não fazem parte do cotidiano do Curso de Pedagogia, são concebidas como atividades à margem do Currículo e, portanto, sem a possibilidade de contribuir para a democratização do saber acadêmico, voltado para a transformação dentro e fora da universidade.

Apesar do reconhecimento da importância da extensão por parte de professores e alunos, a maior dificuldade em se institucionalizar a extensão parece residir no fato de colocar em prática sua institucionalização. O primeiro passo para mudar o estabelecido e renovar atitudes em relação à metodologia de ensino, está em refletir sobre os objetivos elaborados e buscar o seu aprimoramento. Buscar experiências bem sucedidas em outras instituições de ensino e estar aberto para as diversidades são atitudes que podem contribuir para ajudar a desvendar novos horizontes na Universidade.

É imprescindível que a flexibilização curricular se concretize, para que ensino, pesquisa e extensão se tornem atividades legitimadas no Currículo e, assim, possam fazer parte da realidade do cotidiano do Curso de Pedagogia, abrangendo toda sua comunidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira conclusão a qual chego ao finalizar a presente pesquisa, cujo tema principal é a reflexão sobre o Currículo de Pedagogia da UNIRIO e a Extensão Universitária como viabilizadora das relações democráticas entre a Universidade e as demais instâncias visando à formação do profissional cidadão e à solução conjunta de problemas que afligem a sociedade, é de que as atividades de extensão ainda não são uma constante no cotidiano universitário. Tais atividades e sua vocação voltada para a transformação social são ainda desconhecidas para muitos, mesmo integrantes da comunidade universitária.

Como estudante universitária, posso dizer que a presente pesquisa me possibilitou desenvolver meus conhecimentos, que eram mínimos, sobre a extensão. Para mim, a extensão não passava de projetos desenvolvidos aleatoriamente por alguns professores, cujo objetivo principal era fundamentar suas pesquisas acadêmicas. Meu interesse pela extensão partiu do questionamento de como a Universidade poderia se mostrar mais atuante e participativa do cotidiano além de seus muros. Os meses que me dediquei à pesquisa sobre a Extensão e à análise do Currículo do Curso de Pedagogia da UNIRIO me ajudaram a conhecer melhor tal atividade e a estrutura curricular do curso em questão. Além disso, sinto-me estimulada a avançar mais nos estudos sobre a Extensão com o objetivo de, no futuro, atuar nesse campo.

Tendo como propósito conhecer e compreender melhor o conceito de extensão e a sua trajetória no país, foi realizado um levantamento histórico de tal atividade até o final da década de 90, baseado nos estudos da professora Maria Teresa Tavares. Por meio de tal análise pode ser percebida a dificuldade dos Currículos em admitirem a Extensão como parte integrante das atividades de pesquisa e ensino voltados para o estudo e a busca de soluções para problemas que afligem a sociedade e, ao mesmo tempo, favorecendo a troca de saberes entre a comunidade universitária e as que a rodeiam.

Ainda com base na pesquisa da trajetória histórica da extensão no Brasil, foi possível concluir que as atividades de extensão são passíveis de manipulação de

acordo com os interesses políticos vigentes. Um exemplo conhecido e explícito foi a realização do Projeto Rondon nos anos 70 durante a ditadura militar, que tinha por objetivo difundir pelo país a ideologia do governo por meio de atividades de cunho puramente assistencialista.

Com a criação do Fórum de Pró Reitores de Extensão e da Associação de Docentes do Ensino Superior, começou a se difundir a idéia da Extensão como uma das vias possíveis de vincular ensino, pesquisa e prática, abrindo espaço para uma integração mais ampla entre Universidade e sociedade, com a proposta de ultrapassar os muros da Universidade, com ideais democráticos, emancipatórios, integradores e de caráter transformador.

Com o intuito de buscar mais informação sobre a extensão e destacar a importância de inserir suas atividades ^{no} ~~ao~~ cotidiano da Universidade, baseei-me em Boaventura Santos, Roberto Mauro Gurgel Rocha, Pedro Demo, Paulo Freire, dentre outros. Legitimada pelo Currículo, o ensino, a pesquisa e a extensão se tornarão indissociáveis, capazes de, dentre outros objetivos, otimizar a qualidade do ensino e contribuir para a formação de um profissional mais atuante e comprometido com a realidade à sua volta.

Como aluna do Curso de Pedagogia da UNIRIO e visando ^o ~~o~~ contribuir positivamente com o Curso, parti para a análise do Currículo do curso citado, a fim de averiguar até que ponto a extensão estava nele concebida. Tal atividade, concatenada com ensino e pesquisa, elo entre Universidade e demais instâncias sociais, não está institucionalizada no Currículo. Existem algumas atividades, sugeridas por algumas disciplinas ou da iniciativa de determinados professores que induzem o aluno a participar de pesquisas ou de discussões, como por exemplo: observação do cotidiano escolar, entrevistas, pesquisas bibliográficas e outras atividades praticadas dentro ou fora da Universidade. Tais atividades não envolvem a comunidade universitária como um todo e, no caso de atividades ^o ~~o~~ extracurriculares desenvolvidas por determinados professores, o envolvimento dos discentes e docentes é ainda menor. Muitos dos alunos que se inscrevem nas atividades acima citadas, que oferecem um número reduzido de vagas, são atraídos principalmente pelo recurso da bolsa que lhes garante algum rendimento. Tais projetos, desvinculados do

currículo, além não garantirem a participação efetiva da comunidade universitária, podem apresentar ou não contextualização com os temas abordados pelo professor em sala de aula.

Para enriquecer a análise curricular do Curso de Pedagogia, algumas entrevistas foram realizadas com professores e alunos do curso. Por meio das entrevistas, foi possível perceber que os alunos que participaram de pesquisas e projetos realizados por professores da instituição foram os que manifestaram ter uma idéia mais clara do que é a extensão. No entanto, tais alunos eram os que dispunham de mais tempo para dedicar-se a atividades fora do horário das aulas. Os demais alunos, ou seja, os que não tiveram a oportunidade de participar de projetos “extracurriculares”, trabalhavam durante o dia e durante a noite freqüentavam as aulas.

Considerando a importância da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e sua contribuição para a democratização dos saberes construídos dentro e fora da Universidade e sua contribuição para a formação do profissional cidadão, a presente pesquisa sugere a flexibilização curricular como saída para a legitimação das atividades de extensão contextualizadas com os objetivos pedagógicos a serem atingidos e o compromisso político – social com a construção de uma sociedade mais justa e digna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BRANCO, Alba Lúcia et al. *Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Anais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão. Florianópolis, 2002.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano CXXXIV, n.248, 23dez. 1996.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: EDITUS, 2001.

GALLO, Sílvio. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In: *O Sentido da Escola*. Nilda Alves & Regina Leite Garcia (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

GARCIA, Pedro Benjamim. Paradigmas em crise e a Educação. In: *A Crise dos Paradigmas e a Educação*. Zaia Brandão (org.). 4ª edição, São Paulo: Cortez, 1997.

KLEIMAN, Ângela B. e MORAES, Silvia E. *Leitura e Interdisciplinaridade: tecendo redes no projetos da escola*. 1ª reimpressão, Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.

MARTINS, Angela Maria Souza. UNI-RIO: A busca da humanização na formação de educadores. In: *Pedagogo ou Professor?* Donald Bello de Souza & Jonaedson Carino (orgs.). Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. "O campo do currículo no Brasil: os anos noventa". In: *Didática, currículo e saberes escolares*. Vera Maria Candau (org.). Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. "O Currículo como política cultural e a formação docente". In: *Territórios Contestados: O Currículo e os Novos mapas Políticos e Culturais*. Tomaz Tadeu da Silva & Antonio Flávio Moreira (orgs.). Petrópolis: Vozes, 1995.

MORIN, Edgar. *Para sair do Século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NEVES, Maria Aparecida C. Mamede. A crise dos paradigmas em Educação na óptica da Psicologia. In: *A Crise dos Paradigmas e a Educação*. Zaia Brandão (org.). 4ª edição, São Paulo: Cortez, 1997.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Extensão universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes na relação universidade sociedade? In: *Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas*. Michel Thiollen (org.). UFRJ: Sub-Reitoria de Desenvolvimento e Extensão. Rio de Janeiro: 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 1997.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. *Extensão Universitária: Novo paradigma de universidade?* Maceió: EDUFAL, 1997.

TUTTMAN, Malvina Tania. *Extensão Universitária: O "Entre-Lugar" da Universidade?* Rio de Janeiro, RJ, 2003 (*mimeo*).

TUTTMAN, Malvina Tânia. *A Extensão na Universidade: um discurso ambivalente?* Rio de Janeiro, RJ, 2003 (*mimeo*).

TUTTMAN, Malvina Tânia; FARIA, Marco Antônio França; GUIMARÃES, Nilci da Silva. *Implementação da Flexibilização Curricular nas Universidades Públicas Brasileiras: Caminhos...* Anais do Congresso Ibero Americano de Extensão Universitária. Cuba, 2003.

UNIRIO. *Documento da Reforma Curricular do Curso de Pedagogia*. Rio de Janeiro, RJ, 1998 (*mimeo*).

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

1- O que a(o) levou a cursar Pedagogia?

- sonho de ser professora ou professor
- mais fácil para passar no vestibular
- ter um diploma

2- O Curso de Pedagogia da Unirio atende as suas expectativas?

- sim
- não
- não totalmente

3- Quais as suas expectativas em relação ao Curso de Pedagogia?

- ter um diploma para competir no mercado de trabalho
 - seguir carreira acadêmica
 - outros
-
-

4- Das opções abaixo, o que você acrescentaria no currículo do curso?

- estágio
 - atividades de extensão
 - outros
-
-

5- Você conhece as atividades de extensão vinculadas ao Curso de Pedagogia da Unirio?

- sim
- não

6- Após se formar, quais são os seus planos?

- fazer pós-graduação ou mestrado
- trabalhar como professor
- outros

7- Das opções abaixo, qual você pensa ser o maior benefício que o Curso de Pedagogia da Unirio pode lhe oferecer?

- como graduada (o), conseguir um emprego melhor
 - contribuir para construir uma sociedade mais justa
 - outros
-
-

Este instrumento tem por finalidade contribuir para a análise da Proposta Curricular Curso de Pedagogia da UNIRIO, em vigor - foco do estudo monográfico que estou realizando, como requisito para a conclusão de curso.

O objetivo da entrevista é colher dados que possam subsidiar a monografia em desenvolvimento. Asseguro, portanto, total sigilo.

Desde já, agradeço a sua participação, pois ela é fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

Isabel Lourenço

ROTEIRO DE ENTREVISTA

INFORMANTES:

- Direção da Escola de Educação (à época da reformulação curricular; atualmente).
- Professores representantes da Escola de Educação, participantes do processo de reformulação curricular.

Considerações sobre:

1. Surgimento da idéia sobre a nova Proposta Curricular.
 - 1.1. Fatores ou estudos que deram origem à Proposta Curricular.
 - 1.2. Participantes da UNIRIO
 - 1.3. Participantes de outros órgãos externos à UNIRIO.
2. Elaboração da Proposta curricular.
 - 2.1. Concepções teóricas e práticas que sustentaram a sua elaboração.
 - Visão de Universidade
 - Significado do termo currículo
 - Papel da extensão e da pesquisa na formação do(a) aluno(a).
 - Conceito de sala de aula.
 - 2.2. Unidades acadêmicas / administrativas ou pessoas que participaram desta etapa na UNIRIO.
 - 2.3. Envolvimento de outros órgãos ou pessoas não pertencentes à UNIRIO participantes dessa etapa.
 - 2.4. Dificuldades encontradas, de ordem:
 - Técnico-administrativa.
 - Técnico-pedagógica.
 - Político-educacional.
3. Comentários adicionais sobre o tema da pesquisa.



UNI-RIO
Universidade do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : MARIA ISABEL MARTINS LOURENÇO

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : A VOCAÇÃO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE : A PROPOSTA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIRIO

ORIENTADOR : PROFESSORA MALVINA TUTTMAN

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

* Primeiro avaliador : Professor convidado PROFESSORA NILCI

Professor: Nilci da Silva Guimarães

Nota : 10 (dez inteiros)

Considerações Finais:

A monografia apresenta alguns aspectos, relativos à estruturação da revisão de literatura, que necessitam ser observados pela aluna. Eles dizem respeito principalmente, a citações feitas sem seguir, com correção, as normas adotadas.

Quanto à análise dos dados coletados, ao ter acesso aos instrumentos utilizados, percebemos que existem questões (exemplo nº 01 do questionário do aluno) que deixaram de ser exploradas. No entanto, a abordagem das mesmas não contribuiriam para a resposta das questões do estudo. Assim, o questionário deveria ter passado por uma validação de conteúdo, tal como temos conhecimento de que foi feito com o roteiro de entrevista utilizado com os professores, embora a monografia não mencione tal procedimento.

As observações anteriores em nada comprometem a qualidade da análise efetuada, bem como das conclusões e recomendações.

Ressaltamos a propriedade da utilização do modelo de análise, que muito contribuiu com o trabalho. — Nilcida Guimarães —

* Segundo avaliador :

Professor orientador *PROFESSORA MALVINA TUTTMAN*

Professor : _____

Nota: _____

Considerações Finais:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS CCH
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

Monografia: A vocação social da Universidade: a proposta curricular do curso de pedagogia da UNIRIO.

Aluna: Maria Isabel Martins Lourenço.

Avaliação:

O tema do trabalho é de extrema relevância, contribuindo para uma reflexão sobre o significado do currículo, hoje, no Curso de Pedagogia, especialmente no que se refere à flexibilização curricular, sob a ótica do compromisso social da Universidade.

Ressalta-se a qualidade teórica do trabalho e a sua relação com a prática experimentada pelo Curso de Pedagogia da UNIRIO, a partir de depoimentos de alunos e professores, bem como pela análise da própria proposta idealizada.

Considero um trabalho de qualidade acadêmica que atende aos critérios estabelecidos para a sua aprovação com a nota dez (10).

Malvina Tuttmán
Orientadora da Monografia

* Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II

Professor: Sigia Cláudia Collis

Nota : 10,0

Considerações Finais:

O trabalho apresenta o principal elemento de uma monografia de final de Curso de graduação.

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
10,0	10,0	10,0	30,0	10,0

Rio de Janeiro, 06/05/2004

Allyouly

* Segundo avaliador : Professor orientador *PROFESSORA MALVINA TUTTMAN*

Professor : _____

Nota: _____

Considerações Finais:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS CCH
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

Monografia: A vocação social da Universidade: a proposta curricular do curso de pedagogia da UNIRIO.
Aluna: Maria Isabel Martins Lourenço.

Avaliação:

O tema do trabalho é de extrema relevância, contribuindo para uma reflexão sobre o significado do currículo, hoje, no Curso de Pedagogia, especialmente no que se refere à flexibilização curricular, sob a ótica do compromisso social da Universidade.

Ressalta-se a qualidade teórica do trabalho e a sua relação com a prática experimentada pelo Curso de Pedagogia da UNIRIO, a partir de depoimentos de alunos e professores, bem como pela análise da própria proposta idealizada.

Considero um trabalho de qualidade acadêmica que atende aos critérios estabelecidos para a sua aprovação com a nota dez (10).

Malvina Tuttmán
Orientadora da Monografia

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS CCH
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA**

Monografia: A vocação social da Universidade: a proposta curricular do curso de pedagogia da UNIRIO.

Aluna: Maria Isabel Martins Lourenço.

Avaliação:

O tema do trabalho é de extrema relevância, contribuindo para uma reflexão sobre o significado do currículo, hoje, no Curso de Pedagogia, especialmente no que se refere à flexibilização curricular, sob a ótica do compromisso social da Universidade.

Ressalta-se a qualidade teórica do trabalho e a sua relação com a prática experimentada pelo Curso de Pedagogia da UNIRIO, a partir de depoimentos de alunos e professores, bem como pela análise da própria proposta idealizada.

Considero um trabalho de qualidade acadêmica que atende aos critérios estabelecidos para a sua aprovação com a nota dez (10).

**Malvina Tuttman
Orientadora da Monografia**